nização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

A segurança do produto liberado para consumo vem antes da rotulagem. Qualquer confusão entre segurança alimentar e rotulagem deve ser evitada, porque a rotulagem não é feita para substituir a avaliação de segurança.

Para resolver o problema da rotulagem, o governo acaba de criar um grupo de trabalho com representantes dos Ministérios da Justiça, Agricultura, Saúde e Ciência e Tecnologia para elaborar um projeto de regulamento sobre rotulagem de produtos geneticamente modificados.

O governo vem fortalecendo mecanismos que viabilizem o uso seguro da engenharia genética no exame estratégico desses aspectos, de forma a valorizar os investimentos realizados pela sociedade brasileira em pesquisa e desenvolvimento agropecuário, o que torna o agronegócio responsável por cerca de 40% do PIB nacional.

É preciso reconhecer a necessidade de investimentos em treinamento e infra-estrutura na área de análise de segurança alimentar e ambiental, fundamentada em princípios científicos de análise de risco, para garantir a competitividade do Brasil no setor, diretamente vinculada à capacidade de se incorporarem tecnologias avançadas ao processo de produção.

Mercado realmente livre de transgênicos

A posição oficial faz da livre comercialização de transgênicos um constrangimento para o produtor e uma imposição para o consumidor

JOSÉHERMETOHOFFMANN

O debate atual envolvendo os organismos geneticamente modificados (OGMs) e sua utilização na agricultura, longe de ser exclusivamente científico, restrito aos fóruns acadêmicos, é um tema que interessa ao conjunto da sociedade, pois envolve aspectos de natureza política, socioeconômica e mesmo ética. Queremos analisar o tema a partir de cinco elementos que julgamos centrais – o meio ambiente, a saúde, o mercado, a autonomia dos agricultores e a soberania nacional, ainda que possa haver outros de igual relevância.

Prever para evitar

Por considerar incipiente o conhecimento acerca do impacto dos OGMs quando expostos ao ambiente natural, em particular no Rio Grande do Sul, o governo estadual tem invocado o Princípio de Precaução assinado pelas nações, inclusive o Brasil, por ocasião da Conferência Mundial de Meio Ambiente, a Rio92. Segundo esse princípio, os governos devem cercar as políticas públicas de todas as garantias para que indiquem, previnam e mesmo evitem males advindos da introdução precipitada e em larga escala de qualquer nova tecnologia, em particular as que lidam diretamente com os seres vivos.

Além do impacto sobre o ambiente natural, são visíveis os sociais e econômicos, que afetam todos os produtores pequenos, médios ou grandes.

Algumas das sete maiores empresas com atividades ligadas à ciência da vida afirmam estar inaugurando uma nova fase de pesquisa agrícola, abandonando a etapa química para entrar na fase biológica da agricultura. Partimos do princípio de que esse pressuposto é verdadeiro.



José Hermeto Hoffmann *é secretário da Agricultura do RS.*

Quem perde e quem ganha

Considerando que até o momento o lucro dessas corporações advém da venda de insumos para a agricultura, tendo os agrotóxicos um peso significativo nesse lucro, o que significa abandonar a etapa química da agricultura? Precisamente procurar agregar valor de outra forma que não a partir dos insumos químicos. Nesse caso, as sementes modificadas geneticamente passam a conter em si o valor agregado. Uma vez que as sementes passam a ser o principal produto de valor, quem ganha e quem perde com essa novidade tecnológica?

Não parece muito difícil responder a questão. Primeiro, é importante desconstruir o mito de que o agricultor poderá escolher se deseja plantar uma semente modificada geneticamente ou não. Estamos falando de um setor produtivo, hoje mundialmente controlado por sete grandes corporações transnacionais, e portanto com poder de determinar o que deve estar ou não no mercado para o bem do próprio mercado – o *seu* mercado. Esse mercado será cativo por força do patenteamento das sementes. O produtor não poderá mais usar semente própria sob pena de sofrer processo judicial.

A propósito, recentemente, a multinacional Monsanto adquiriu a patente do gene *terminator*. Introduzido na planta, esse gene impede a germinação da semente na segunda geração. Além de assegurar o mercado para a multinacional, essa medida impedirá os agricultores de plantarem as sementes na safra seguinte. Trata-se portanto de uma esterilização biológica a serviço do lucro privado, com graves conseqüências nocivas.

O SETOR PRODUTIVO É HOJE mundialmente controlado por sete grandes corporações transnacionais, e portanto com poder de determinar o que deve estar ou não no mercado, para o bem do próprio mercado – o *seu* mercado. Esse mercado será cativo por força do patenteamento das sementes.

Percebe-se, portanto, uma estreita relação entre essas tecnologias e a Lei de Patentes, aprovada às pressas no Brasil por pressão do governo dos Estados Unidos, ferindo a soberania nacional e tornando os países em desenvolvimento cada vez mais dependentes dos interesses de alguns grupos transnacionais.

Provadamente pouco seguros

Além disso, inúmeros estudos têm demonstrado a pouca segurança acerca dos OGMs, tanto em relação ao meio ambiente quanto à saúde humana e dos animais. Diversos trabalhos científicos, envolvendo pesquisadores de diferentes especialidades e diferentes centros de pesquisa do mundo, têm advertido para os riscos e as incertezas quanto ao comportamento dos genes modificados através das técnicas de transgenia.

O documento mais contundente até o presente foi o relatório intitulado "Muito cedo pode ser muito tarde: os riscos ecológicos associados ao uso do ADN exposto como uma ferramenta biológica para pesquisa, produção e terapia", do Diretório para Manejo da Natureza, governo da Noruega, com 329 referências bibliográficas.

Outro documento não menos importante é o da Associação Médica Britânica – "The impact of genetic modification on agriculture, food and health" –, através do qual a comunidade médica britânica solicita uma moratória devido aos possíveis efeitos dos OGM sobre a saúde humana.

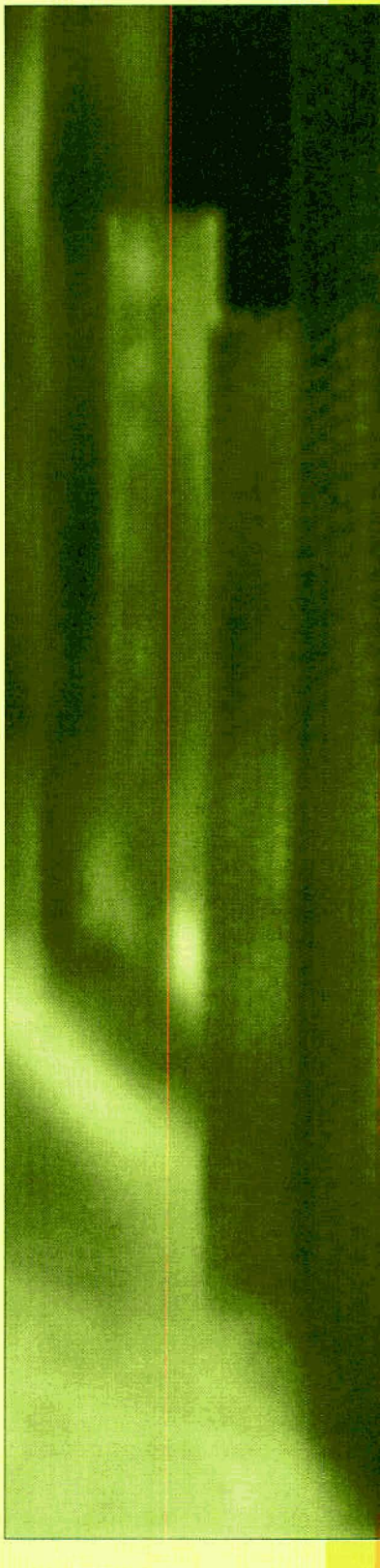
Vantagens não comprovadas, custos mais altos

Mesmo do ponto de vista econômico, os dados prematuramente propagandeados, indicando superioridade dos plantios transgênicos sobre os não transgênicos, têm sido refutados por vários trabalhos científicos como os conduzidos pelo dr. Oplinger e outros, 1998 e pelo dr. Benbrook, de 1999.

Este último demonstra que os sistemas de cultivo utilizando sementes de soja RR não apenas apresentaram redução do rendimento quando comparados com sistemas de cultivo convencionais, mas também apresentaram um incremento de herbicida, contrariamente ao que vêm apregoando os defensores dos cultivos com sementes geneticamente modificadas.

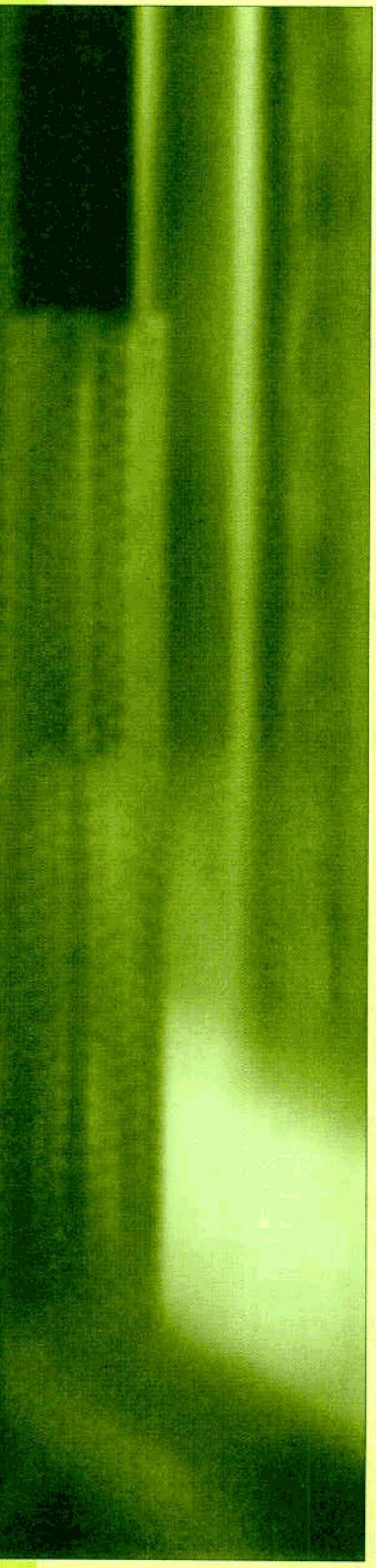
Não se divulgaram, até o presente, estudos comprovando a superioridade dos produtos transgênicos em uso na agricultura em termos de custos reais de produção e conseqüente ganho dos produtores.

Aliás, os defensores dos transgênicos omitem o fato de que os preços das sementes sob o controle de um pequeno grupo de transnacionais serão manipulados ao sabor de seus interesses. Portanto, o custo dessas lavouras será mais elevado, ao menos no que diz respeito a esse item.



Como se comporta o mercado

As oportunidades de mercado pouco ou nada têm sido abordadas. A viagem que reali-



zamos à Europa, mais precisamente França e Inglaterra, nos convenceu de que a reação do consumidor europeu não é uma moda passageira. Quanto maior o grau de consciência do consumidor, maior é a rejeição aos alimentos modificados geneticamente.

A Europa importa, anualmente, cerca de 30 milhões de toneladas de soja ou derivados. Tais números representam aproximadamente a produção brasileira. Há uma possibilidade concreta de sermos uma alternativa no fornecimento de produtos não transgênicos ao mercado europeu.

No caso específico da soja, nossos maiores concorrentes, Estados Unidos e Argentina, já estão convivendo com o produto modificado geneticamente, o que dificulta as possibilidades de exportar artigos seguramente isentos de transgênicos. Diante de um debate tão duramente criticado por estar permeado de argumentos de caráter ideológico, estranhamente se observa um silêncio das lideranças políticas deste país, na área da agricultura, quando questionamos a oportunidade de mercado que, do nosso ponto de vista, é absolutamente técnica.

Agricultura familiar

O governo democrático e popular do Rio Grande do Sul tem afirmado a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto. Os estudos até agora se realizaram em outras latitudes, outros ecossistemas, e quando estamos falando de organismos vivos, não podemos perder a perspectiva de que esses se comportam de forma variada em função do ecossistema ao qual estão expostos. Ao mesmo tempo, entendemos que toda pesquisa envolvendo OGMs deve realizar-se em regime de contenção, na medida em que a liberação de organismos modificados no ambiente é um processo irreversível e portanto passível de danos potenciais indeterminados.

Os sistemas de cultivo utilizando sementes de soja RR não apenas tiveram menor rendimento quando comparados a sistemas de cultivo convencionais, mas também apresentaram um incremento de herbicida, contrariamente ao que vêm apregoando os defensores dos cultivos com sementes geneticamente modificadas.

Essa posição não se reduz somente a criticar um modelo de desenvolvimento, mas fundamenta-se na defesa de um outro projeto com o qual o governo foi eleito e pelo qual tem se empenhado no sentido de dar realidade ao discurso. Acreditamos na viabilidade da agricultura familiar, não atrelada aos interesses dos grandes grupos econômicos. A viabilidade de uma agricultura menos dependente de insumos e menos agressiva ao ambiente é hoje uma realidade, inclusive em lavouras do Rio Grande do Sul.

Essas experiências, hoje isoladas por interesses inclusive econômicos, podem ser viabilizadas em todo o meio rural do estado. Temos uma compreensão diferenciada do que vem a ser modernidade. Modernidade é defender a vida, o direito ao alimento sadio, a apropriação universal do saber e do progresso técnico, a inclusão dos agricultores familiares ao processo produtivo. É precisamente por essa razão que o governo do Rio Grande do Sul defende uma posição conflitante com os que desejam manter nossa agricultura subordinada a interesses externos, violando assim a autonomia dos agricultores, o direito dos consumidores e a soberania nacional.

Bibliografia citada e de referência:

Benbrook, C. Evidence of the magnitude and consequences of the Roundup Ready soybean yield drag from university – based varietal trials in 1998. *AgBioTech InfoNet Technical Paper*, n. 1. Sandpoint, Idaho, 1999. 28p. http://www.biotech-info.net/RR_yield_drag_98.pdf

British Medical Association. *The impact of genetic modification on agriculture, Food and Health*. London, 1999. 18p.

Directorate for Nature Management. *Too early may be too late: ecological risks associated with the use of naked DNA as a biological tool for research, production and therapy*. Trondheim, Norway. Research report for DN, n. 1999-1. http://www.naturfor vatning.no

Food for thought. *The Economist*. 19th June 1999. http://www.econo mist.com/editorial/freeforall/19990619/sf3732.html

Lowry, C. "Semente exterminadora" ameaça produção de alimentos. *Alerta Científico e Ambiental*. EIRNS. Rio de Janeiro, 5 jun. 1998. p. 6-7.

Oplinger, E. S.; Martinka, M. J.; Gaska, J. M.; Schmitz, K. A. & Grau, C.R. *1998 Wisconsin Soybean Variety Tests*. Madison, University of Wisconsin, 1998.

Berland, Jean-Pierre; Lewontin, Richard C. A ameaça do complexo genético-industrial. *Le Monde Diplomatique*, dez. 1998.

http://www.uwex.edu/ces/soybean/research/98soyvar/98 soyvar.htm